

PROJETO DE LEI Nº. 532, DE 04 DE 0498to DE 2020.

APROVADO PRELIMINARMENTE A PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE A COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA E REDAÇÃO Dispõe sobre a obrigatoriedade de as lanchonetes, bares e restaurantes disponibilizarem o cardápio de forma digital.

A ASEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos mos do art. No da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Dispõe sobre a obrigatoriedade de as lanchonetes, bares e restaurantes disponibilizarem o cardápio de forma digital .

Art. 2º Deve constar no cardápio tudo que é fornecido pelo estabelecimento, incluindo seus os valores.

.Art. 3º O cardápio deve ser disponível através do leitor de QR code ou outras plataformas digitais, @

Art. 4º Os estabelecimentos que não cumprirem o disposto nesta lei, primeiramente serão notificados e posteriormente multados.

Art. 5º A fiscalização e aplicação de multa do cumprimento desta Lei será feita pelo PROCON.

Art. 6º Esta lei entra em vigor 180 dias após da data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em

de

de 2020.

BRUNO PEIXOTO

Deputado Estadual

Pagina 1 de 2

ecs/Projeto 042/2020/GDBP





JUSTIFICATIVA

O projeto de Lei que ora apresento tem como finalidade obrigar as lanchonetes, bares e restaurantes a disponibilizarem cardápios de forma digital aos seus consumidores.

O cardápio digital é uma ferramenta tecnológica recente que já está sendo utilizada em diversos restaurantes no Brasil e no mundo. Com cardápios digitais, os estabelecimentos estão conseguindo manter o ritmo de trabalho e continuar funcionando mesmo com a equipe reduzida. O Cardápio digital ajuda a evitar a propagação do coronavírus em restaurantes.

No momento atual, em que as pessoas estão passando por uma pandemia de COVID-19, é essencial que os restaurantes entendam e atendam a demanda tecnológica.

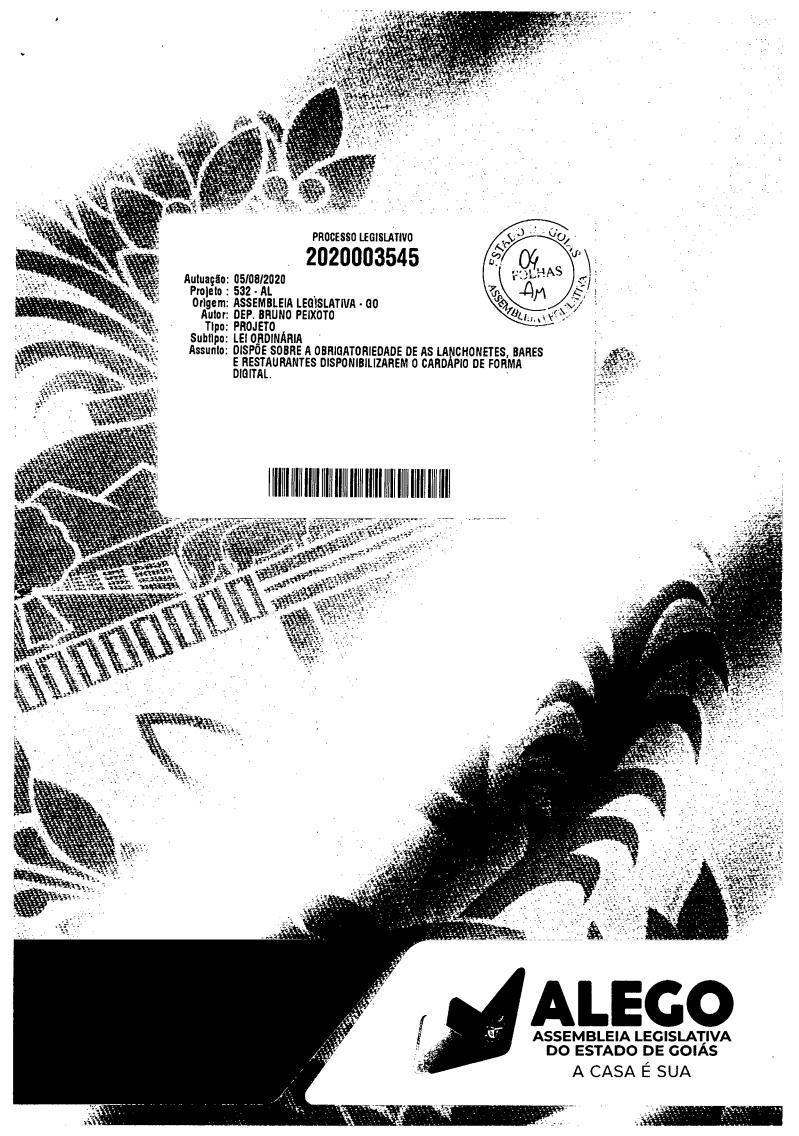
Conto com o apoio dos nobres Deputados desta casa para a aprovação do presente projeto de Lei.

BRUNO PEIXOTO

Deputado Estadual

Página 2 de 2

ecs/Projeto 042/2020/GDBP







Deputado Bruno P Lider de Gove

PROJETO DE LEI Nº.

532 , DE 04

DE 2020.

APROVADO PRELIMINARMENTE PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE CÒMISSÃO DE CÒNST., JUSTIÇA

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as lanchonetes, bares e restaurantes disponibilizarem o cardápio de forma digital.

<u>A</u>\$SEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Dispõe sobre a obrigatoriedade de as lanchonetes, bares e restaurantes disponibilizarem o cardápio de forma digital.

Art. 2º Deve constar no cardápio tudo que é fornecido pelo estabelecimento, incluindo seus os valores.

.Art. 3º O cardápio deve ser disponível através do leitor de QR code ou outras plataformas digitais, Ø

Art. 4º Os estabelecimentos que não cumprirem o disposto nesta lei, primeiramente serão notificados e posteriormente multados.

Art. 5º A fiscalização e aplicação de multa do cumprimento desta Lei será feita pelo PROCON.

Art. 6º Esta lei entra em vigor 180 dias após da data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em

de

de 2020.

BRUNO PEIXOTO

Deputado Estadual

Página 1 de 2

ecs/Projeto 042/2020/GDBP





JUSTIFICATIVA

O projeto de Lei que ora apresento tem como finalidade obrigar as lanchonetes, bares e restaurantes a disponibilizarem cardápios de forma digital aos seus consumidores.

O cardápio digital é uma ferramenta tecnológica recente que já está sendo utilizada em diversos restaurantes no Brasil e no mundo. Com cardápios digitais, os estabelecimentos estão conseguindo manter o ritmo de trabalho e continuar funcionando mesmo com a equipe reduzida. O Cardápio digital ajuda a evitar a propagação do coronavírus em restaurantes.

No momento atual, em que as pessoas estão passando por uma pandemia de COVID-19, é essencial que os restaurantes entendam e atendam a demanda tecnológica.

Conto com o apoio dos nobres Deputados desta casa para a aprovação do presente projeto de Lei.

BRUNO PEIXOTO

Deputado Estadual

Página 2 de 2



Ao Sr. Dep. (s)	UTO .
PARA RELATAR	
Sala das Comissões Deputado Solon Amaral	\sim /
Em	
	1 d 1 V
Presidente:	V 1



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Ao Sr. D	ep. (s)	14	<u>o bens</u>	M	/Ar du	<u>es</u>	
PARA R	ELAT.	AR			•		
Sala das (Comiss	ões D	eputado	Sofan	Amara	l	
Em	19	/_	_10	$\Delta \prime$	2021).		
?residen	te:			1	4		

Em nitude de Dynitado Viniais Cirquena vias fazon mais parte da Comenas de Constitucias, Juntica e Redação o projeto vara vedestribuído.





PROCESSO N.º: 2020003545

INTERESSADO: Deputado Bruno Peixoto

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as lanchonetes, bares e

restaurantes disponibilizarem o cardápio de forma digital.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do Deputado Bruno Peixoto, que torna obrigatório que as lanchonetes, bares e restaurantes disponibilizem o cardápio de forma digital.

A proposição estabelece também que deverá constar no cardápio tudo que é fornecido pelo estabelecimento, incluindo os valores e o cardápio deve ser disponível através do leitor do *QR Code* ou outras plataformas digitais.

Por fim, prevê a proposição que os estabelecimentos que não cumprirem o disposto nesta lei, primeiramente serão notificados e, posteriormente, multados.

A justificativa menciona que o cardápio digital é uma ferramenta tecnológica recente, que já está sendo utilizada em diversos restaurantes no Brasil e no mundo. Com cardápios digitais, os estabelecimentos estão conseguindo manter o ritmo de trabalho e continuar funcionando mesmo com a equipe reduzida. O Cardápio digital ajuda a evitar a propagação do coronavírus em restaurantes.

Os autos encaminhados a esta **Comissão de Constituição**, **Justiça e Redação**, para análise dos aspectos constitucionais e legal, nos termos regimentais, oportunidade em que fui designado relator.

Essa é a síntese da proposição em análise.

Inicialmente, vislumbra-se que o projeto em análise aborda matéria relacionada à **proteção e defesa da saúde**, pois visa proteger o consumidor de eventual contaminação



DEPUTADO ESTA DUAFOLHAS

pelo coronavírus. Dita matéria é de competência legislativa concorrente entre a União a quem compete editar as normas gerais, e Estados e Distrito Federal, que poderão suplementá-las (art. 24, XII, § 1° e § 2°, da Constituição Federal).

Além disso, a proposta não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa do Governador do Estado (art. 20, § 1°, Constituição Estadual). Apenas que, de forma a se aperfeiçoar sua redação, ofereço o seguinte substitutivo:

"SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N° 532, DE 4 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a disponibilização de cardápio em formato digital pelos estabelecimentos comerciais que específica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° As lanchonetes, bares e restaurantes disponibilizarão aos consumidores cardápio em formato digital, contendo todas as informações sobre os produtos oferecidos.

Parágrafo único. O cardápio em formato digital será disponibilizado por meio do leitor QR Code ou por outras plataformas digitais.

Art. 2° O descumprimento desta Lei sujeita os infratores às sanções previstas no art. 56 da Lei Federal n° 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Por tais razões, **adotado o substitutivo retro**, somos pela **constitucionalidade e juridicidade** da presente proposta e, portanto, por sua **aprovação**.

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 08 de 3525 m BRO de 2021.

Deputado RUBENS MARQUES

Relator

COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprova o pedido de VISTA ao(s) Sr. Deputado(a) (s): Wum berto Our librorio

FOLHAS

PELO PRAZO REGIMENTAL

Sala das Comissões Deputado Sólon Amaral

Presidente: